

A NOVA ABOLIÇÃO

Jacqueline dos Santos
Graduanda em História e bolsista PIBIC- COPES/UFS
Integrante do Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades (GPCIR/UFS)
E-mail: Jacqueline.ab@gmail.com

DOMINGUES, Petrônio. *A Nova Abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008, 182 p.

Os estudos sobre as relações raciais no Brasil vêm apresentando debates acalorados no meio acadêmico, oferecendo resultados positivos na descoberta de fatos até então desconsiderados na historiografia brasileira. A abolição da escravatura foi de grande relevância, mas não foi suficiente para tornar o manumitido “livre” das agruras, herança do regime escravista. Este não ficou alheio à sua realidade e, através de mobilizações organizadas no pós-abolição, lutou por seu espaço e sua cidadania frente à emergente sociedade de classes.

O livro *A Nova Abolição*, de autoria de Petrônio Domingues publicado em 2008, aborda os aspectos das relações raciais, mais especificamente no Estado de São Paulo, num período que data do final do século XIX até o início do século XX. Domingues nasceu em Recife (PE) e tem graduação, mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal de São Paulo (USP). É autor de vários artigos em revistas acadêmicas e do livro *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição* (Editora Senac, 2004). Atualmente, é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS). *A Nova Abolição* está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo: *Os jornais dos filhos e netos de escravos (1889-1930)*, neste capítulo, Domingues faz um mapeamento da imprensa negra paulista, no período de 1889 a 1930. Inicialmente analisa a produção acadêmica sobre a temática para, em seguida, discorrer como os jornais produzidos pelos e para os negros eram instrumento de resistência e elevação moral.

O segundo capítulo, *Os descendentes de africanos vão à luta em terra Brasilis. Frente Negra Brasileira versus Teatro Experimental do Negro*. O autor documenta mobilizações e contribuições da população negra nos processos políticos, a exemplo da *Frente Negra Brasileira* (1931-1937) e do *Teatro experimental do negro*, na luta pela cidadania. A primeira foi criada oficialmente em 16 de setembro 1931, num momento de abertura política e ideológica iniciada com o golpe de Estado de 3 de outubro de 1930. Esta organização cresceu rapidamente despertando o orgulho racial entre seus associados. Durante sua existência, teve

dois presidentes: Arlindo Veiga dos Santos, que renunciou ao cargo em junho de 1934, sendo substituído por Justiniano Costa. Segundo Domingues:

A Frente Negra criou uma série de símbolos diacríticos (carteira de identidade, contendo fotos e dados pessoais do filiado; uniformes para alguns departamentos; bandeira e hino) a fim de garantir a visibilidade para suas ações, gerar uma identidade específica para seus associados e, ao mesmo tempo adquirir credibilidade no seio da população negra e na sociedade em geral (DOMINGUES, 2008, p.63).

Já o Teatro Experimental do Negro (TEN) foi um grupo fundado em 1944, no Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento, Aguinaldo Camargo, e Sebastião Rodrigues Alves. A princípio, o grupo foi uma forma de protesto pela ausência do negro nas encenações artísticas da época. Porém, adquiriu caráter mais amplo posteriormente, atuando em outras áreas e se contrapondo ao “preconceito de cor” da sociedade brasileira. Em conjunto com a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro contribuiu para a construção de uma consciência racial para o afro-brasileiro.

No terceiro capítulo, *Os pérolas negras: A participação do Negro na Revolução Constitucionalista de 1932*, Domingues contextualiza o conflito armado que assolou São Paulo em 1932 e nele registra a participação do negro. Neste capítulo, ele utilizou notícias impressas nos jornais da época (grande imprensa) que confirmam a existência de um agrupamento batizado de *Legião Negra*. Dissidência da Frente Negra Brasileira, este agrupamento foi criado em 14 de julho de 1932, sendo chefiado por Guaraná Santana e Gastão Goulart. A Legião era constituída por três batalhões de infantaria; possuía um efetivo de aproximadamente dois mil combatentes. Apesar de a FNB se manter isenta do conflito, seus dirigentes mantinham uma forte simpatia pelo governo de Getúlio e não queriam sua deposição. As mulheres negras também participaram do conflito, sendo que sua participação não se restringiu à retaguarda, mas também aos postos avançados, conforme foi noticiado:

As mulheres de cor dão um belo exemplo de civismo e patriotismo. Lá estão elas, formando os batalhões de enfermeiras. Seguem para a frente e animam, com o seu exemplo, os valentes homens da sua raça. Sem vaidades, naturalmente com dedicação, cumprem, heroínas devotadas à grande causa, o sagrado dever que é defender São Paulo e o Brasil das garras da ditadura

nefasta que o aniquilava. (A Gazeta, São Paulo, 23 jul. 1932, p. 3 *apud* DOMINGUES, 2008, p. 120).

Apesar de mostrar a ativa participação do negro na revolução constitucionalista, o autor salienta que este fato ainda permanece “esquecido” pela memória oficial do movimento armado, resultado do etnocentrismo da historiografia brasileira.

No último capítulo, *Ações afirmativas para negros no Brasil: O início de uma reparação histórica*, Domingues inicialmente apresenta um panorama geral sobre o quadro de desigualdade racial no Brasil com base em indicadores sociais. Em seguida, contextualiza as ações afirmativas e discorre sobre cotas para negros e sua implantação nas Universidades públicas brasileiras:

Entre as políticas de ações afirmativas que vêm sendo experimentadas no Brasil, a mais polêmica é o programa de cotas para negros. Na verdade as cotas constituem mecanismos extremos de ação afirmativa: é a reserva de um percentual determinado de vagas para um grupo específico da população (negros, mulheres, gays, entre outros), principalmente no acesso à universidade, ao mercado de trabalho e à representação política. (DOMINGUES, 2008, p.151).

O autor utiliza dados de instituições de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outra fonte utilizada foi o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Estes revelam que os negros levam desvantagem em relação aos brancos em várias esferas da vida social, política, educacional e profissional. O IPEA, por exemplo, mostrou que dos 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% são negros. No campo educacional a situação também é agravante, pois “97% dos Universitários são brancos, 2% são negros e 1% é descendentes de orientais” (HENRIQUES. *apud* DOMINGUES, 2008, p.149). Diante desses dados as cotas seriam um instrumento de combate à desigualdade racial num país em que, embora se garanta constitucionalmente a igualdade, o preconceito racial permeia a sociedade.

A obra tem um viés informativo e possui um estilo didático, que nos mostra o caráter multifacetado das relações raciais no Brasil no pós-abolição. Possui uma abordagem inovadora, que a diferencia das literaturas tradicionais sobre a temática. As populações afro-

diaspóricas têm sido representadas na historiografia brasileira em intervalos, sobretudo, no período da Colônia, Império e no período Republicano, sendo-lhe atribuída pouca importância. Neste sentido, o autor cumpriu a proposta de nos evidenciar não só as mobilizações organizadas pelos “homens de cor” na defesa de sua auto-afirmação social, mas também o papel desempenhado pelo mesmo nos processos políticos e sociais que permearam a história do Brasil. Dessa forma, a obra assume um papel relevante, na medida em que nos auxilia no estudo e na compreensão daqueles que permaneceram à margem da história e da sociedade brasileira.